

RESUMO : SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

A LUTA POLÍTICA CONTRA O ACORDO NUCLEAR

Inicialmente (1975) apenas cientistas manifestaram-se contrários ao Acordo Nuclear, a maioria deles físicos. Uma razão é que a comunidade científica e técnica não foi consultada sobre o programa de energia nuclear, decidido entre os militares, um setor da tecnocracia estatal e os especialistas alemães sem ouvir ninguém mais.

Naquele tempo o primeiro reator brasileiro, um PWR Westinghouse de 627Mw, estava em construção (hoje concluído após grave problema no gerador de vapor, que poderia causar ruptura de tubos de água radioativa do circuito primário). O acordo Nuclear adicionava 8 PWR KWU de 1300Mw cada um, até o ano 1990.

A Sociedade Brasileira de Física publicou alguns estudos (1976/77) feitas por grupos de trabalho e promoveu seminários, com críticas sobre o processo de transferência de tecnologia e sobre a segurança dos reatores nucleares e o lixo radioativo. Os últimos pontos trouxeram os ecologistas para a discussão, com seu ímpeto combativo denunciando à opinião pública o lado amargo da energia nuclear.

Com o processo de democratização do país, o debate nuclear tornou-se mais participativo incorporando engenheiros e técnicos muitos deles pertencentes aos quadros da Eletrobrás. A questão esclarecida nesta fase (1978/1980) foi a do alto custo da energia nuclear, três vezes maior do que o da energia hidroelétrica, em média, no Brasil. Ficou claro que o governo considerara um valor irreal muito baixo para o investimento nuclear (US\$400/Kw) e não considerou o potencial hidroelétrico total do país (213 milhões Kw, dos quais apenas cerca de 30 milhões Kw é hoje usado). O custo real da central nuclear atinge mais de US\$3000/Kw no primeiro reator alemão de 1300Mw em construção (Angra II). Estes pontos foram incorporados no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de Senado publicado em 1982.

Alguns industriais importantes começaram a criticar o programa nuclear e finalmente mesmo no governo apareceram indicações de dúvidas sobre sua viabilidade. Após a mudança do Presidente da República (1979) do General Geisel (que assinou o Acordo Nuclear) para

o General Figueiredo, embora ambos tivessem posições políticas muito semelhantes, o espaço foi aberto para a primeira revisão do programa. O prazo para a construção dos oito (8) reatores foi adiado de 1990 para 1995.

A crise econômica reduziu a um nível muito baixo o crescimento da demanda de energia elétrica e começou a haver um excesso de capacidade de geração elétrica no país. A conclusão da grande hidroelétrica de Itaipu (12000Mw, maior que a potência total do programa nuclear) aumenta este excesso. As dificuldades financeiras e a crise do modelo econômico convenceram então o governo a atrasar mais ainda o plano de oito reatores, para o fim do século.

A situação agora é que há dois reatores em construção (um deles bem no início) e a decisão sobre os próximos dois será tomada após 1985. Há indicações que apenas quatro reatores seriam construídos até o ano 2000. A fábrica de componentes pesados para reatores está acabada mas não há quase nada a fazer porque a maioria dos componentes dos dois primeiros reatores é importada da Alemanha. O processo de enriquecimento de urânio é desenvolvido lentamente e o reprocessamento não passa de um plano para o futuro. Uma pequena unidade para fabricação de elemento combustível está em construção para colocar nos tubos importados de Zircaloy as pastilhas feitas de óxido de urânio, enriquecido nos Estados Unidos ou Europa. Como podemos ver a desejada autonomia está longe de ser alcançada após oito anos.

A primeira reação da indústria nuclear alemã à decisão do Brasil de adiar o programa nuclear foi de que a transferência de tecnologia poderia ser cancelada neste caso. Mas, posteriormente, os alemães assumiram uma atitude mais flexível. Afinal, a indústria nuclear não está em boa situação no Mundo todo, especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos. A França é uma exceção. O número de encomendas está muito abaixo da capacidade de produção de reatores hoje existente. O Acordo Nuclear foi um ótimo negócio para a Alemanha e cancelá-lo pode ser pior do que atrasar a construção dos reatores. Isto pode dar ao Brasil o poder de barganha, limitado entretanto pela dívida externa.

No Brasil, o sentimento geral entre muitos cientistas, técnicos, industriais e mesmo entre alguns elementos do governo é de que o Acordo Nuclear, com objetivos tão ambiciosos, foi um grande erro. A vitória da oposição nos estados mais importantes do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, mudaram o equilíbrio político. O país é pobre e há outras prioridades, enquanto a energia hidroelétrica

for barata e abundante.

O argumento muito usado agora em defesa do programa nuclear é que o Brasil necessitará desta tecnologia no futuro e, assim, ela deve ser transferida nesta oportunidade. A questão é : a tecnologia está sendo transferida ? É verdade, sem dúvida que a Nuclebrás constituiu um quadro de especialistas e de muitos engenheiros com treinamento nuclear. Alguns processos específicos de produção foram aprendidos pelas indústrias envolvidas no programa. Mas, tudo isto foi orientado para reproduzir e operar os reatores alemães e não para conceber e projetar algo novo. Os três institutos de pesquisa nuclear previamente existentes perderam alguns dos seus melhores elementos, alguns deles transferidos para atividades gerenciais na Nuclebrás, outros desestimulados porque seu trabalho de pesquisa não foi mais considerado relevante após a compra da tecnologia alemã. Na atual situação em que necessitamos de energia nuclear nos próximos vinte ou trinta anos, como usar melhor os quadros técnicos e os recursos para adquirir a competência para resolver os problemas de energia do futuro? Que tipo de revisão deve ser feita no programa e para que serve o Acordo Nuclear com a Alemanha nesta nova situação ? Estas são perguntas que devem ser respondidas partindo da abertura do segredo dos negócios nucleares do Estado para a universidade, os partidos e a sociedade civil. O problema não é puramente técnico, mas é também político. Aqui poderá acontecer um choque com os interesses militares de possuir armas nucleares, que tendem a fazer da energia um assunto da Segurança Nacional, como é evidenciado pelo Sistema de Proteção ao (?) Programa Nuclear, estranho órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, com a participação do SNI e da Polícia Federal.